



**Intervenção do Ministro da Administração Interna na Cerimónia de Tomada  
de Posse do Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção  
Civil, Brigadeiro-General Duarte da Costa**

**Ministério da Administração Interna, 24 de novembro de 2020**

Senhor Primeiro-Ministro,

Meu caro colega Ministro da Defesa Nacional,

Senhora e Senhores Secretários de Estado,

Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil,

Senhor General Mourato Nunes, Presidente cessante da Autoridade Nacional de  
Emergência e Proteção Civil,

Senhor Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana,

Senhor Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública,

Senhor General, em representação do Senhor Chefe de Estado Maior General  
das Forças Armadas,

Senhores dirigentes máximos de organismos e entidades do Estado que são  
parceiros da ANEPC,

Senhores representantes das estruturas da ANEPC,

Senhor Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses,

Minhas Senhoras e meus Senhores

Este momento de transmissão de testemunho que é assinalado pela posse do  
Senhor General Duarte da Costa como Presidente da Autoridade Nacional de  
Emergência e Proteção Civil permite-nos evidenciar a relevância do caminho  
percorrido ao longo destes três anos e o quanto estamos, hoje, num momento  
não de virar de página mas de assumir, com serenidade, com orgulho no



caminho percorrido, os desafios que se irão colocar ao sistema de proteção civil nos próximos três anos.

Tenho consciência de que o Ministério da Administração Interna é uma entidade no coração daquilo que são as funções de soberania. Naquilo que são as funções de garantia da segurança de todos os portugueses, com desafios complexos em muitas das suas áreas. Mas temos todos consciência de que foi a área da Proteção Civil, na sequência dos dramáticos incêndios de junho e outubro de 2017, que mudaram a vida deste ministério, que me trouxeram até aqui, que levaram a mobilizar, nessa altura, o Senhor General Mourato Nunes para mais um desafio de serviço a Portugal.

Por isso, permitam-me que, neste momento, faça um reconhecimento que é justamente merecido, pelo papel desempenhado pelo Senhor General Mourato Nunes que, em tempos particularmente difíceis, em que a imagem do sistema de Proteção Civil estava gravemente afetada, em que a confiança dos portugueses no sistema era algo que era matéria de debate público, de atenção de todas as áreas na sociedade portuguesa, correspondeu, mais uma vez, àquilo que foi o desafio do país. E somos todos devedores desse reconhecimento que justamente marca aquela que é a diferença entre o dia em que, em novembro de 2017, aqui estivemos, e a serenidade com que hoje marcamos a evolução para um novo tempo.

Ao longo destes três anos a Proteção Civil esteve no centro da atenção dos portugueses. No centro da atenção de todos os órgãos de soberania. Nas intervenções múltiplas de Sua Excelência o Presidente da República. Na atenção da Assembleia da República, que lhe dedicou uma Comissão Técnica Independente que estabeleceu um conjunto de desígnios que, com grande consenso, têm vindo a ser prosseguidos pelo governo. Naquela que é a atenção do governo, desde o conjunto de decisões muito importantes que foram



tomadas no Conselho de Ministros de 21 de outubro de 2017 e que têm vindo, paulatinamente, seguramente, com passos sólidos, a ser adotadas desde então.

Diria que, no plano institucional, o essencial desse desígnio está realizado. Nas novas leis orgânicas da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, na criação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, na atribuição, à Força Aérea, da missão de gestão dos meios aéreos de apoio ao combate a incêndios rurais, na aprovação da estratégia de gestão integrada de fogos rurais e na preparação dos instrumentos de planeamento que, até 2030, marcarão a nova visão na gestão integrada de fogos rurais.

Mas, fundamentalmente, naquilo que é mais do que os textos legislativos, a consciência de um funcionamento em rede, de uma cultura de funcionamento do sistema em que todas as instituições aqui representadas, mas muitas outras que o tempo de pandemia não permitiu que hoje aqui estivessem, que trabalham em estreitíssima articulação para a segurança dos portugueses nas várias dimensões da afirmação daquilo que são os desafios do planeamento e da prevenção de riscos.

A cultura de relação com um risco mudou totalmente, na prioridade dada à gestão da floresta, mas também na prioridade na intervenção relativamente a outro tipo de riscos. O risco de inundação, o risco provocado por tempestades inesperadas, como o furacão Leslie, ou a atenção que é dada ao risco sísmico. Estes foram três anos em que o objetivo estratégico essencial foi plenamente atingido. Durante três anos, os incêndios rurais foram reduzidos, em ocorrências, para menos de 50% do que se verificara na década anterior. E durante 3 anos, a área ardida foi sempre inferior a menos de metade, igualmente em relação ao ocorrido na década anterior.



Não registamos nenhuma vítima civil. E por isso ainda mais devemos honrar os bombeiros voluntários, os profissionais, os pilotos que, ao longo destes três anos, faleceram a defender a segurança de todos os portugueses.

A Proteção Civil não é exclusivamente o combate a incêndios rurais. Foi acorrer às cheias do Mondego, ao furacão Leslie ou àquilo que foi a programação de uma grande operação de planeamento civil de emergência na resposta à crise dos combustíveis em 2019. E sobretudo nestes tempos tão especiais, que desde março estamos a viver, novamente a Proteção Civil esteve articuladamente no centro da resposta.

Foram até ontem 83 reuniões da Subcomissão de resposta da Proteção Civil que junta todas as entidades para a programação na resposta à pandemia. É a colocação, na Proteção Civil, da estrutura de apoio aos cinco secretários de Estado que têm funções de coordenação regional no combate à pandemia. É, nas últimas semanas, a coordenação na criação de uma estrutura de apoios de retaguarda, com 3 unidades dessa natureza já a funcionar no Distrito do Porto e prevendo a criação de uma rede nacional. Será já a participação, juntamente com entidades de área da Saúde e da Defesa Nacional, na preparação do planeamento e resposta à distribuição de vacinas pelos portugueses, logo que a vacina esteja disponível.

Isto demonstra o quanto é importante este sistema, na sua dimensão preventiva, na sua dimensão estratégica, no seu compromisso internacional - quer se trate de apoiar o país irmão Moçambique aquando do ciclone Idai, quer na participação no Mecanismo Europeu de Proteção Civil, na sua reformulação -, várias dimensões que o constituem como um elemento essencial para a confiança dos portugueses nas instituições.

O senhor General Duarte da Costa está estreitamente ligado, desde a Primavera de 2018, a este caminho, desde que assumiu as funções de Comandante Operacional Nacional. Portanto, conhece melhor do que ninguém a complexidade dos desafios, o que está realizado e, sobretudo, aquilo que o espera. Não serão facilidades, mas terá toda a solidariedade do Governo, terá todo o apoio das instituições que são



parceiras do desenvolvimento deste caminho, naquilo que é a concretização de uma estrutura de Proteção Civil e de planeamento civil de emergência integrados e de resposta múltipla. Na criação de estabilidade para aqueles que há mais de uma década servem o sistema de Proteção Civil. No desenvolvimento dos princípios do sistema de gestão integrada de fogos rurais, em articulação com as entidades que aqui estão connosco - da meteorologia à Força Aérea, sem esquecer a parceria essencial com instituições como a AGIF ou o ICNF. No contributo para uma cultura de prevenção que substitua uma mera cultura de reação em momento de catástrofe. No aprofundamento daquilo que é o reforço da estrutura da Força Especial de Proteção Civil, visando alargar a sua capacidade de intervenção. E, finalmente, no gradual preenchimento de objetivos institucionais, quer naquilo que é o modelo de uma estrutura de proteção civil em que os dirigentes são escolhidos por concurso, em que os quadros desenvolvem a sua ação num regime de carreira, quer na concretização de um modelo de base territorial, em articulação com o modelo adotado nas outras instituições do sistema.

É por isso, senhor General Duarte da Costa, que as suas décadas de serviço ao país, nas Forças Armadas mas também no quadro de outras funções de natureza pública, e sobretudo nestes 3 anos de dedicação ao sistema de Proteção Civil, nos criam a confiança de que é, neste momento, numa dimensão de passagem de testemunho para aprofundamento do caminho que vem sendo traçado, a personalidade certa, pela sua experiência, pelas suas qualidades pessoais e profissionais, para um novo tempo, um tempo em que a Proteção Civil será cada vez mais o garante da segurança, da coesão e da paz, apta a responder a desafios múltiplos.

Boa sorte e conte com todo o nosso apoio.